

Negacionismo científico

ALEXANDRE CASTRO CALDAS

Professor do Centro de Investigação Interdisciplinar em Saúde da Universidade Católica Portuguesa

O início da pandemia pelo coronavírus, pôs em evidência uma grande variedade de reações públicas que têm sido objeto de comentário. O negacionismo científico caracteriza-se por pôr em dúvida os dados científicos disponibilizados ao público sobre a forma como a doença se comporta e os riscos que ela acarreta. Discute-se a vulnerabilidade e a natureza efémera da verdade científica e os mecanismos biológicos de aceitação da novidade e da aceitação da verdade manipulada quando integrada em explicações mais complexas da verdade do mundo. Considera-se que não é a ciência o verdadeiro fator de desconfiança, mas sim a ciência usada no contexto de teorias da conspiração.

Se percorrermos a literatura, perdemo-nos na discussão dos múltiplos contextos em que o termo “Ciência” é utilizado. Não é nossa intenção trazer a este texto essa discussão, mas, para tornar claro aquilo a que queremos referir-nos devemos começar por encontrar uma boa definição para Ciência.

Ciência refere-se, fundamentalmente, a uma metodologia de estudo dos fenómenos da Natureza, explicando os processos e as relações causais entre as coisas, com base em argumentos que se pretendem considerar irrefutáveis. Ou seja, a revelação da verdade das coisas. Infelizmente, essa verdade é probabilística, a maior parte das vezes e, como tal, a exceção é possível e aceitável. É aceitável dizer que existe uma certa insustentabilidade na verdade científica, porque pode ser refutada.

A Ciência procura encontrar argumentos de valia para consolidar verdades a propósito do Universo, no entanto confronta-se com aquilo que constitui agora uma fraqueza da mente humana, que se pode resumir na frase: a nossa verdade é aquilo em que acreditamos.

“Ver para crer”, diz o povo, e também necessitou S. Tomé de tocar as chagas de Cristo para acreditar, como relatado por S. João. Acreditamos na informação que nos é transmitida pelos sentidos: os objetos pesados caem no chão se forem largados. Quando o objeto não cai, estamos no domínio do mágico, que carece de uma explicação, pois vai

contra a nossa verdade. Por que razão isso acontece — ou seja, a lei da gravidade — já não é do domínio dos sentidos. Para que a consideremos verdadeira temos que acreditar em fontes secundárias de informação. Para acreditar nessas fontes temos que desenvolver mecanismos de confiança.

Estas são fundamentalmente as fragilidades biológicas que não nos permitem conhecer a verdade do mundo sem recorrer ao que sentimos. Podemos agora discutir um pouco a questão da confiança nas fontes. E a da relação que as pessoas estabelecem com as fontes.

É compreensível que crenças integradas em modelos interpretativos dos segredos do mundo, bem estruturadas, como é o caso das religiões, ou de sistemas políticos reguladores da verdade pública, sejam mais facilmente assimiláveis por contacto e partilha com as estruturas sociais de cultura idêntica, sendo que esse conhecimento não pode ser negado por realidades sensíveis, mas é bem claro que nesses casos aceitamos que se trata de uma questão de fé, ou de crença, baseada na confiança, estando fora de causa procurar argumentos sensíveis para suportar as explicações. É, contudo, importante ter em linha de conta os limites daquilo que podemos considerar transcendente, de forma a não negar aquilo que se não pode negar por estar provado. Esses modelos interpretativos podem, por vezes ser vetores de contradição do que acaba de ser provado através de demonstrações sensíveis. Veja-se o exemplo de Galileu, no caso da Religião ou, muito mais atual, o que é negado perante a evidência da invasão da Ucrânia, no caso do modelo político da Rússia. Não estamos a fazer comparações de modelos, é claro que a cultura de uma religião nada tem a ver com uma cultura política, mas importa compreender o domínio da função mental de cada um que rege as crenças e a confiança.

De acordo com Julien Bogousslavsky e Mark Inglin (2007),

uma crença serve a função tanto de representação (como um conceito) como de uma justificação (como uma ação) [...] As crenças podem ser tão fortes que impregnam a mente de cada um, como, por exemplo, através da religião ou da política. Enquanto as dúvidas inibem a ação, as crenças tendem a facilitar o processo de tomada de decisão e as ações dele resultantes, eliminando a consideração de soluções alternativas.

Podem então considerar-se estes aspetos os que dizem respeito à forma como lidamos com o mundo e com a informação que dele retiramos para preencher o nosso conhecimento e orientar as nossas escolhas

e tomadas de decisão. Múltiplos estudos sobre o comportamento têm vindo a revelar ser possível influenciar as nossas convicções, e disso vive a publicidade e certas formas de conduzir os grupos (ver, por exemplo Lazaroiu *et al* 2020).

Olhemos agora para a Ciência e para a sua verdade. Quase se pode afirmar que é mais aquilo que não sabemos do que aquilo que julgamos saber. Em primeiro lugar os conceitos mudam, a descoberta é constante e o que é verdade hoje, pode amanhã não ser. Em muitos casos alguns conceitos permanecem apesar de haver já evidência de terem perdido o valor. A isso designa-se por mitos que importa desfazer, no que respeita ao cérebro, por exemplo, há muito quem diga que só usamos 10% do cérebro o que não é obviamente verdade, mas que se mantém no imaginário das pessoas (ver, por exemplo, Castro-Caldas e Rato 2020). Mas esses conceitos foram válidos no seu tempo à luz dos conhecimentos da época. A persistência destes conceitos na ideia das pessoas deve-se também à dificuldade de mudar. Sabe-se, por exemplo, que uma novidade terapêutica em Medicina demora muito em ser adotada na prática clínica. Por mais que se publicite a necessidade de inovação a verdade é que a verdadeira inovação é na maioria das vezes mal recebida pois obriga a mudar os hábitos. Conta-se que uma senhora inglesa confrontada com a novidade constante no trabalho da *Origem das Espécies*, de Charles Darwin, e percebendo que as suas nobres origens podiam ser simples primatas não hominídeos comentou: «Pode ser que seja verdade, mas é melhor não se saber». A operação cerebral de modificar uma convicção é realmente trabalhosa e consumidora de energia pelo que a tendência natural é não o fazer.

Existe ainda uma fragilidade importante no domínio da vida científica. Por mais rigoroso e cauteloso que seja o processo de revisão por pares das publicações, por vezes são publicados resultados que não correspondem a uma realidade experimental, mas são forjados. Uma simples pesquisa na *wikipedia* revela a existência de 48 casos de resultados forjados que depois foram detetados e revelados, mas não deixaram de ser publicados nas melhores revistas. Claro que, perante o número de publicações que existem, este número é ínfimo, mas significa que pode existir e, em alguns casos, foram divulgados como verdadeiros sendo depois difícil de desfazer a notícia. Um bom exemplo é o caso em que foi feita a associação da vacinação das crianças com a emergência do autismo em 1998. Apesar dos múltiplos estudos epidemiológicos registados negando essa relação — até porque o autismo é uma entidade

clínica muito provavelmente de natureza genética —, ainda há hoje quem se recuse a vacinar os filhos por receio deste efeito (ver DeStefano e Shimabukuro 2019).

Estes factos fazem com que a Ciência seja considerada passível de erro e como tal são inseguros e, por isso, discutíveis os resultados que revela.

A insegurança gerada sobre a verdade dos resultados científicos pode por vezes facilitar a sua manipulação por interesses que os queiram pôr em causa. Há vários exemplos paradigmáticos, bem documentados na literatura, de interesses que interferiram na revelação de dados científicos de grande importância para a população. Um deles, que julgo não estar ainda completamente resolvido é o do uso do amianto nas construções, nomeadamente nas construções escolares. Esta história é importante pois ilustra bem o assunto. Desde há cerca de 5.000 anos que o amianto aparece utilizado em diversas situações e diversas civilizações. É na realidade uma substância com interessantes propriedades, mas já no ano 400 a. C. se relatou que os escravos que trabalhavam com esta substância morriam mais do que os outros com doenças respiratórias. De facto, desde há anos que esta relação tem sido estabelecida, mas, em vários países, as comissões nomeadas para informar as decisões políticas estiveram sempre mais interessadas em procurar formas de minorar os efeitos do que revelar os reais riscos, impedindo que se tomassem medidas mais draconianas sobre a utilização deste produto. Isso foi particularmente importante em França quando se discutiu o caso da Universidade de Jussieu, em Paris, em que um número significativo de Professores desenvolveu doença pulmonar maligna e a Comissão nomeada se esforçou por não encontrar relações, sendo constituída por elementos ligados à produção e comercialização do amianto. Só em 1993 é que surgiu o primeiro plano Europeu para substituir todas as estruturas com amianto, mas votaram contra o plano quatro países: Portugal, Espanha, França e Grécia, tendo plano sido arquivado. Importa dizer que morrem no mundo mais de 100.000 pessoas por ano com doença cancerosa relacionada com a aspiração das fibras desta substância. Sendo o tempo de incubação da doença de 30 a 40 anos, pode considerar-se que a situação persiste. A negação da verdade é neste caso de natureza financeira (Janela e Pereira 2016). Seria o mesmo que pedir aos donos das marcas de cigarros que constituíssem uma comissão para legislar sobre o uso do tabaco.

Um outro exemplo de negação dos dados da Ciência é bem mais complexo e difícil de entender. Trata-se do Instituto Ahnenerbe, criado na Alemanha nazi, destinado a estudar a origem da raça ariana. O que não se consegue compreender é como é que cientistas com passado relevante de contribuições importantes aderiram ao projeto sabendo que o termo ariano não começou por ser referente a qualquer raça, mas sim a um conjunto de línguas do norte da Europa e da Ásia. Transpor este conceito para uma raça é um erro científico e mais erro ainda é considerar que pode haver um determinismo biológico com expressão fenotípica que permita distinguir hierarquias na espécie humana. A verdade é que este Instituto foi muito financiado chegando a haver estudos antropomórficos no Nepal para comparação com a população germânica. É bem sabido que a orientação deste Instituto foi responsável pelas enormes atrocidades cometidas durante a guerra (embora exista também quem afirme que o holocausto nunca existiu). É difícil compreender como alguns pensadores, como Houston Stewart Chamberlain (1855-1927), promoveram a ideia de que os indivíduos considerados arianos eram, racial e culturalmente, superiores a outros grupos de pessoas.

Nesta linha de fenómeno podemos inscrever a questão das modificações do clima resultantes das ações humanas. Não se compreende que nos Estados Unidos da América, em 2016, só 40% dos Republicanos considerassem que se tratava de um problema enquanto 84% dos Democratas tinham essa opinião. A interpretação para este facto parece ser o discurso político de cada um dos partidos entre 1990 e 2015, enquanto os Democratas falavam frequentemente do tema os Republicanos tendiam a ignorá-lo. Neste caso, o público associa aquilo que devia ser uma verdade independente a uma convicção política (Lewandowsky 2021).

Merece a pena determo-nos um pouco mais no trabalho de Enders e colaboradores publicado na *Harvard Kennedy School Misinformation Review*, em novembro de 2020, por ter sido feito logo no início da pandemia do COVID-19 numa larga população nos Estados Unidos da América.

Os autores procuraram compreender a estrutura e organização das crenças e das teorias da conspiração da população, no sentido de ajustar a forma de fornecer elementos para orientar a informação evitando a ameaça resultante de ideias duvidosas. Hoje podemos dizer que o trabalho serviu para se compreender o fenómeno, mas não foi eficaz na sua boa intenção de melhorar a informação divulgada, pois o que foi

encontrado nas crenças dos participantes foi claramente acentuado ao longo dos anos que se seguiram.

As questões postas à população estudada corresponderam a 11 ideias fundamentais a saber: o número de mortes relacionadas com a doença foi exagerado em relação ao que aconteceu realmente, com intenções políticas, 29% dos inquiridos acreditava nesta afirmação e 28% considerava que esse número tinha sido exagerado para prejudicar o Presidente Trump; um número muito significativo de inquiridos (27%) achava que o vírus tinha sido desenvolvido e disseminado por pessoas poderosas como parte de um plano de conspiração, que podia incluir a desnecessária vacinação dos americanos (25%), Bill Gates estaria por trás dessa conspiração (13%), 18% das pessoas achou que o coronavírus era uma forma de pôr no corpo das pessoas instrumentos de medida para controlar as vidas delas e nesse caso os telefones 5G fariam parte do plano (11%). No que respeita às formas de combater a infeção, 19% achava que as radiações UV podiam impedir a infeção ou mesmo curá-la, 18% achavam que a hidroxicloroquina podia prevenir a infeção, que não se transmitia nos países mais quentes e com mais humidade (18%) e, finalmente que um desinfetante no corpo podia prevenir a doença (12%).

Estas questões foram correlacionadas com variáveis individuais dos participantes o que permitiu verificar que as ideias respeitantes às formas bizarras de proteção ou tratamento da doença eram próprias de pessoas com menos cultura. Por outro lado, as teorias da conspiração correlacionaram-se mais com conceitos de interpretação dos poderes e influência dos poderosos, do que com aspetos técnico-científicos.

Parece-nos possível concluir que o negacionismo não estará exatamente ligado à questão da ciência ela própria, mas sim à forma como a ciência pode ser utilizada para justificação de tomada de decisão pelos que detêm o poder. A Ciência não representa a verdade absoluta porque se desdiz com o desenvolvimento, e não estará em causa, mas o seu uso é que pode ser manipulado com intenções, o que sustenta a teoria da conspiração. As questões importantes relativas à saúde e a outros problemas relacionados com o futuro do planeta têm que ser claramente separadas das convicções políticas — o que justifica o sucesso da intervenção da jovem Greta Thunberg que representou uma palavra inocente e despolitizada.

Referências bibliográficas

- Bogousslavsky, J. e Inglin, M.: Beliefs and the Brain. *Eur Neurol* 2007. 58:129-132.
- Castro-Caldas, A. & Rato, J. *Neuromitos. Ou o que realmente sabemos sobre como funciona o nosso cérebro*. Lisboa: Contraponto Editores, 2020.
- DeStefano, F e Shimabukuro, T.T.: «The MMR Vaccine and Autism». *Annu. Rev. Virol.* 2019. 6:585-600.
- Enders, A. M., Uscinski, J. E. Klostad, C. e Stoler, J. : «The different forms of COVID-19 misinformation and their consequences». *Harvard Kennedy School Misinformation Review* 1. 2020.
- Janela, J. e Pereira, P. «História do amianto no mundo e em Portugal». CEM N.º 7/ Cultura, Espaço & Memória 2016.
- Lăzăroiu, G. et al: «Consumers' Decision-Making Process on Social Commerce Platforms: Online Trust, Perceived Risk, and Purchase Intentions». *Front. Psychol.*, 15 May 2020 | <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.00890>.
- Lewandowsky, S.: «Liberty and the pursuit of science denial». *Current Opinion in Behavioral Sciences* 42: 65-69. 2021.